

Situação de endividamento comprometedor

SATA e pandemia agravam as contas dos Açores em mais de 371 milhões de euros

O professor de Economia da Universidade dos Açores, Mário Fortuna, analisou para o nosso jornal as contas da primeira notificação do procedimento dos défices excessivos de 2021, concluindo que elas evidenciam o agravamento do endividamento dos Açores movido por duas forças – o endividamento da SATA e o endividamento para lidar com os custos acrescidos da pandemia.

“A 1ª Notificação 2021 do Procedimento dos défices excessivos, evidencia o agravamento do endividamento de 2020, atribuído aos dois fatores já mencionados – pandemia e SATA. Neste ano o agravamento montou a 371.6 milhões de euros, muito acima do da Madeira com 120,5 milhões de euros”, observa Mário Fortuna, que é também Presidente da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores.

E sublinha: “Estimando o PIB de 2020 em 92% do valor de 2019, o quadro que aqui publicamos apresenta os indicadores da dívida, colocando-a em cerca de 60% do PIB em 2020”.

De baixo endividamento a situação comprometedor

Ou seja, “de uma situação confortável de baixo endividamento em 2008 a Região Açores evoluiu rapidamente para uma situação comprometedor que já o era antes da pandemia”.

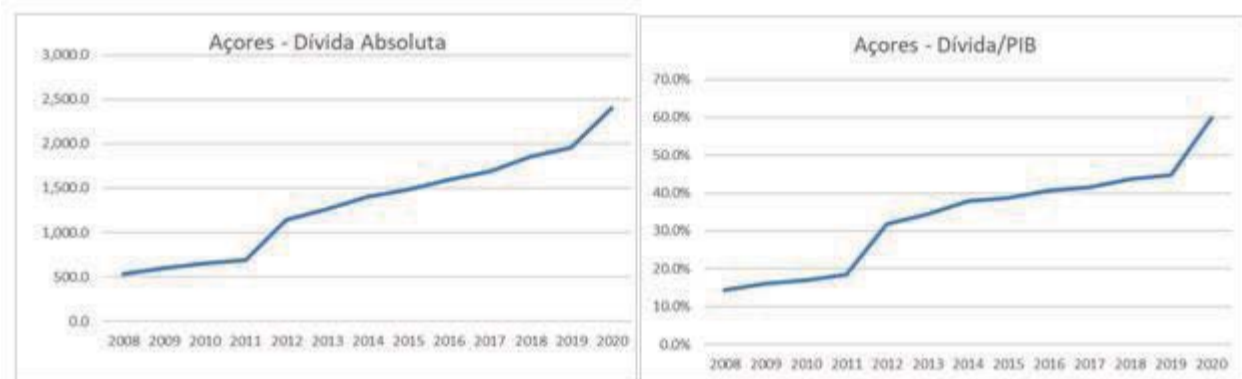
Uma análise do percurso de endividamento da Região Autónoma dos Açores pode ser vista nas representações gráficas em termos absolutos e em percentagem do PIB, também publicadas nesta página.

“Em termos absolutos o salto de 2012 está associado à inclusão da dívida de empresas públicas que passaram a estar incluídas no perímetro do orçamento (empresa cuja sobrevivência depende maioritariamente do orçamento público – Sudaçor, SPRHI, Atlanticoline, etc)”, explica Mário Fortuna, acrescentando que “o salto de 2020 explica-se com a contabilização do novo empréstimo da SATA (132 milhões de euros) e com o endividamento adicional derivado das despesas impostas pela pandemia. A dívida absoluta aproxima-se 2500 milhões de euros, sendo cerca de 197 milhões atribuíveis à contabilização da dívida da SATA garantida pelo Governo, por o Eurostat considerar que é reduzida a probabilidade de a empresa assumir sozinho este encargo”.

O economista conclui que “em termos relativos, de um peso de cerca de 15% em 2008 a dívida passa a representar cerca de 60% do PIB em 2020, quadruplicando neste período”.

As autarquias, a nível nacional, continuaram a contribuir com um saldo positivo, mesmo que a metade do verificado no ano anterior.

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
PIB Açores (milhões €)	3,761	3,729	3,836	3,760	3,610	3,663	3,706	3,830	3,927	4,067	4,262	4,369	4,019
Var PIB (%)		-0.8%	2.9%	-2.0%	-4.0%	1.5%	1.2%	3.3%	2.5%	3.6%	4.8%	2.5%	-8.0%
DIV/PIB (%)	14.3%	16.1%	17.0%	18.4%	31.8%	34.5%	37.9%	38.8%	40.6%	41.6%	43.6%	44.8%	59.8%



Gualter Furtado propõe impacto do Plano e Orçamento no PIB

O Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores (CESA), Gualter Furtado, defende que o Governo Regional deve indicar no Plano e Orçamento o seu impacto no PIB, em nome da “boa aplicação” dos dinheiros públicos.

No parecer do CESA sobre as antepropostas de Plano e Orçamento de 2021, enviado à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, o economista refere que “em nome da eficiência e boa aplicação dos dinheiros públicos, seria de todo útil que, nestas antepropostas, as despesas e investimentos previstos fossem acompanhadas de uma medição quantitativa dos resultados estimados, por exemplo, no PIB (Produto Interno Bruto) regional”.

A “medição quantitativa” deve contemplar ainda os impactos “no emprego, nas exportações e nas importações, na educação, na redução do absentismo e abandono escolar, na fixação e atração de residentes para as ilhas mais penalizadas com o despovoamento e envelhecimento da sua população, na melhoria dos recursos humanos e diminuição da pobreza”.

Gualter Furtado quer que as futuras propostas de planos e orçamentos sejam “enquadradas com informação estatística o mais actualizada possível, por exemplo, a relativa à evolução dos depósitos e crédito nas instituições com sede nos Açores e fora dos Açores, e por tipo de créditos e de depósitos”.

Nesse capítulo, o economista sugere a necessidade de um “prévio entendimento com o Banco de Portugal para fornecer, atempadamente, estas estatísticas”.

O Presidente do CESA entende ser necessário que os valores apresentados para os diversos programas e acções “possam ser comparados com o orçamentado e executado em planos e orçamentos anteriores”.

Na sequência da intervenção do

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração no plenário do CESA, informando que neste Orçamento e Plano seria introduzido um sistema de gestão dos programas “mais eficiente”, o Presidente daquele órgão considera a intenção “razoável, mas só se for devidamente acompanhada de um sistema de controlo também ele muito eficaz e transparente”.

“Expresso o meu acordo à circunstância de – sem descuidar o apoio à educação, valorização dos recursos humanos, aos sectores produtivos, ao combate à desertificação de algumas ilhas devidamente identificadas, às novas tecnologias e às acessibilidades – nesta fase em que vivemos, de riscos acrescidos devido à pandemia, dever ser dada uma atenção acrescida para com os sectores e profissionais da saúde”, afirma o presidente do CESA.

Conselho de Ilha de S. Miguel aponta falhas

O Conselho de Ilha de S. Miguel diz que Plano e Orçamento correspondem ao esperado mas aponta falhas

O Conselho de Ilha de São Miguel considera que o Plano e Orçamento de 2021 dos Açores e as Orientações de Médio Prazo 2021-2024 correspondem “genericamente” ao esperado, mas ressalva que a ilha fica globalmente a “perder”.

No seu parecer sobre ambos os documentos, enviado ao Parlamento dos Açores, que vai apreciar e votar este mês o Plano e Orçamento de 2021 (o primeiro do Governo de coligação PSD, CDS-PP e PPM), os conselheiros afirmam que “os documentos, que lidam mais com a excepcionalidade que caracteriza as circunstâncias da pandemia do que com a normalidade, correspondem, genericamente, ao que deles se espera”.

Os conselheiros salvaguardam que “há aspectos mais positivos do que outros relativamente à ilha de São Miguel, que fica globalmente a perder, apesar dos seus profundos problemas

específicos de pobreza e exclusão social, entre outros, que, ao longo dos anos, não têm tido a atenção que merecem dos documentos em análise”.

O Conselho de Ilha aponta que as propostas “reflectem falta de instrumentos de planeamento relativamente ao sector turístico, fustigado, mais do que qualquer outro, pela pandemia e com maior impacto em São Miguel”.

“As verbas destinadas ao turismo, ao emprego e à habitação social são manifestamente escassas para a ilha de São Miguel, onde se prevê um agravamento acentuado do desemprego, cujas consequências prejudicam, em especial, os trabalhadores e as suas famílias”, considera.

Para aquele órgão, há uma “manifestada falta de verbas” para as obras de remodelação do porto de Ponta Delgada, o reforço da orla marítima da Ribeira Grande, o melhoramento do porto de pescas da Ribeira Quente e das primeira e segunda fases do troço Furnas-Povoação, entre outros projectos.

Os conselheiros defendem uma vacinação em massa em São Miguel, que “apresenta à data a mais baixa percentagem (4,9%) da população vacinada, comparativamente com as outras ilhas, sendo a mais afectada pela pandemia”.

Sobre o Plano e Orçamento de 2021 e as Orientações de Médio Prazo 2021-2024, também o Conselho de Ilha do Corvo “deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável aos dois documentos”, tendo recomendado ao Governo Regional apoiar a Santa Casa da Misericórdia, no âmbito do apoio ao idoso, no projeto de climatização das suas instalações.

Os conselheiros querem a alocação de verbas para pavimentação de caminhos agrícolas e construção de mais um reservatório de água para apoio aos agricultores, bem como a construção de um armazém de logística no Cais do Porto da Casa.

A proposta de Orçamento dos Açores para 2021 é de cerca de 1.900 milhões de euros.